



Uma Retrospectiva sobre *O Caminho da Servidão* de Hayek: A Falha de Governo no Debate Contra o Socialismo*

*Peter J. Boettke***

Resumo: O presente artigo afirma que o argumento de F. A. Hayek no livro *O Caminho da Servidão*, além de uma demonstração dos limites da democracia, foi também um exame das deficiências do socialismo. No entanto, esse aspecto específico do livro de Hayek é comumente ignorado na literatura contemporânea da Escolha Pública. Este artigo defende a posição de que Hayek, juntamente com os acadêmicos reconhecidos mais frequentemente pela literatura, deva ser considerado um fundador da análise econômica da política.

Palavras-Chave: Hayek, Escolha Pública

Hayek's *The Road to Serfdom* Revisited: Government Failure in the Argument Against Socialism

Abstract: This paper argues that F. A. Hayek's argument in the book *The Road to Serfdom* was as much a demonstration of the limits of democracy as well as it was an examination of the foibles of socialism. Yet, this aspect of Hayek's book is often ignored within the contemporary Public Choice literature. This paper makes the case that Hayek, along with the scholars more frequently recognized in the literature, should be considered a founder of the economic analysis of politics.

Keywords: Hayek, Public Choice

Classificação JEL: B 53, P2, P16

* Artigo publicado originalmente como: BOETTKE, Peter J. Hayek's *The Road to Serfdom* Revisited: Government Failure in the Argument Against Socialism. *Eastern Economic Journal*, Vol. 21, No. 1 (Winter 1995): 7-26.

Uma versão anterior deste ensaio foi apresentada no *Eastern Economics Association Meetings* em Boston, em março de 1994. O autor agradece àqueles que participaram naquela seção por seus comentários e críticas. Em acréscimo, gostar-se-ia de agradecer a Gary Becker, James Buchanan, Milton Friedman, Robert Higgs, Steve Horwitz, Israel Kirzner, Daniel Klein, Laurence Moss, Dave Prychtiko, Mario Rizzo, E. C. Pasour, Hans Sennholz, Alex Tabarrock, Viktor Vanberg, Karen Vaughn e Edward Weick pelas conversas críticas sobre o tópico e pelas sugestões de aprimoramento aos meus argumentos. Os comentários de dois árbitros anônimos e de Harold Hochman, o editor do *Eastern Economic Journal*, foram extremamente úteis. A assistência financeira da Sarah Scaife Foundation para o suporte do Programa de Economia Austríaca da New York University (NYU) é reconhecida com profunda gratidão. A responsabilidade pelos erros remanescentes recai toda sobre o autor.

Traduzido do original em inglês para o português por Paulo Roberto Tellechea Sanchoetene.

** **Peter J. Boettke** é professor de Economia e de Filosofia da George Mason University (GMU), diretor do F. A. Hayek Program for Advanced Study in Philosophy, Politics, and Economics do Mercatus Center na GMU, editor da *Review of Austrian Economics*, e membro do Conselho Editorial da *Procesos de Mercado: Revista Europea de Economía Política* e da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Economia e Direito*. cursou a graduação em Economia no Grove City College, o M.A. e o Ph.D. em Economia na GMU e foi agraciado com o título de doutorado *honoris causa* da Universidad Francisco Marroquín, na Guatemala, e da Universitatea Alexandru Ioan Cuza de Iași, na Romênia. Atuou como professor de várias instituições de ensino superior nos EUA e na Europa. Publicou dezenas de artigos em diferentes periódicos acadêmicos, editou e organizou diversos livros, e é autor, dentre outras, das obras *Calculation and Coordination: Essays on Socialism and Transitional Political Economy* (Routledge, 2001) e *Living Economics: Yesterday, Today and Tomorrow* (The Independent Institute, 2012).

E-mail: pboettke@gmu.edu

INTRODUÇÃO

Em simpósio sobre o livro *The Fatal Conceit* [A Arrogância Fatal]¹, o economista e historiador Robert Higgs censurou a ignorância de F. A. Hayek (1899-1992) sobre os desenvolvimentos contemporâneos na área da Teoria da Escolha Pública [*Public Choice*]. Higgs argumenta:

Lendo Hayek ninguém jamais saberia da existência da Escolha Pública. Não há qualquer menção a James M. Buchanan (1919-2013) ou a Gordon Tullock (1922-2014) ou a qualquer um de seus discípulos. Tampouco Hayek aparenta ter alguma noção sobre os problemas de Escolha Pública².

Segundo Higgs inexistia discussão sobre grupo de interesses, motivação para votar, problemas do carona [*free-rider*], normas constitucionais, etc., no trabalho de Hayek. Concede-se o fato de que tais comentários de Higgs limitam-se ao livro *A Arrogância Fatal*, não fazem referência ao *corpus* hayekiano, mas a impressão do leitor é que essa falha no último trabalho de Hayek é sintomática de algo que permeia as suas obras em economia e política como um todo. Nesse sentido, *A Arrogância Fatal* é vista como uma mera consolidação dos trabalhos anteriores de Hayek, e, de fato, de acordo com Higgs, esse seria o problema. A repetição de temas familiares em Hayek sobre construtivismo racional e a função informativa do sistema de preços seria insuficiente para uma fundamentação acadêmica rigorosa do liberalismo clássico. Não somente se ignora as questões levantadas pelos teóricos da

Escolha Pública, como o mesmo ocorre com os argumentos sobre a limitação do mercado levantadas pela principal corrente neoclássica da economia. A posição de Hayek seria frágil analiticamente e retoricamente insípida, e, portanto, conclui Higgs, não se deve supor que a argumentação de Hayek seja capaz de convencer além de quem já seja profundamente favorável à posição hayekiana.

Uso Higgs como paradigma não por representar notável interpretação equivocada de Hayek, mas porque reflete uma opinião comum entre os pensadores pró-mercado sobre o aparato analítico de Hayek³. Em outras

³ Por exemplo, não se contesta a alegação de Robert Higgs de que F. A. Hayek não citou a literatura contemporânea de Escolha Pública. Hayek, realmente, não citou essa literatura, como tampouco citou trabalhos contemporâneos de economia austríaca. Sua falha em citar ambas linhas de literatura, no entanto, não deveria ser tomada como falta de tratamento sobre às questões desenvolvidas nessas literaturas. Hayek não seria menos austríaco como economista por deixar de citar trabalhos de Israel Kirzner e Murray N. Rothbard, sem contar Mario J. Rizzo, Gerald O'Driscoll, Roger Garrison, Lawrence White e Don Lavoie, e qualquer interprete da obra de Hayek a sugerir o contrário estaria "lendo-o mal". Igualmente, o fato de Hayek não citar trabalhos de James M. Buchanan Jr., Gordon Tullock ou outros acadêmicos de Escolha Pública não pode ser tomado como negligência às questões analíticas levantadas pela literatura da Escolha Pública.

Ademais, não se contesta a contenda de Higgs, expressada em correspondência privada de 16 de Junho de 1994, de que as posições de Hayek sobre políticas públicas deixariam a desejar sob uma perspectiva libertária. Esse é um ponto recentemente enfatizado por teóricos libertários, tais como Hans-Hermann Hoppe [HOPPE, Hans-Hermann. F. A. Hayek on Government and Social Evolution. *The Review of Austrian Economics*, Vol. 7, No. 1 (1994): 67-93] e Walter Block [BLOCK, Walter. *Hayek's Road to Serfdom*. Unpublished paper. Department of Economics, College of the Holy Cross, 1994]. Esses pensadores estão indubitavelmente certos, Hayek não era um libertário moderno. Não se sugere que se leia Hayek à procura de receitas de políticas libertárias, mas de uma série de argumentos analíticos que desenvolverão o entendimento sobre os princípios organizacionais dos processos políticos. A possibilidade de a utilização consistente desses argumentos analíticos conduzirem a posições políticas libertárias muito além do imaginado por Hayek está fora do escopo do presente artigo.

¹ HAYEK, F. A. **The Fatal Conceit: The Errors of Socialism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. [Em língua portuguesa a obra foi publicada na seguinte edição brasileira: HAYEK, F. A. **Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo**. Trad. Ana Maria Capovilla e Candido Mendes Prunes. Porto Alegre: Editora Ortiz / Instituto de Estudos Empresariais, 1995. (N. do T.)].

² HIGGS, Robert. Who'll be persuaded? **Human Studies Review**, Volume 6, Number 2 (Winter 1988-89): 8-9.

palavras, enquanto muitos até demonstram apreço à valorosa luta de Hayek contra o socialismo e à liderança na ressurgência internacional da economia política liberal clássica (especialmente aos seus esforços relativos a Mont Pelerin Society), a crença é que ele teria falhado em enfrentar tanto as revisões da teoria econômica socialista no decorrer dos anos – os modelos socialistas de mercado posteriores a Oskar Lange (1904-1965), como os propostos por Leonid Hurwicz (1917-2008), ou os modelos de auto-gestão dos trabalhadores desenvolvidos por Jaroslav Vaněk, por exemplo – quanto também os vários argumentos sutis em favor do intervencionismo – neokeynesianismo e Teoria das Falhas de Mercado – surgidas após a II Guerra Mundial. Mais inaceitável ainda, seria a suposta ignorância de Hayek acerca dos desenvolvimentos pró-mercado na ciência econômica, tais como direitos de propriedade e teoria de custo de transação, direito e economia, monetarismo, macroeconomia neoclássica, escolha pública, etc. Ao contrário, a crítica complacente sustenta que Hayek se contentou simplesmente em bater numa espécie de cachorro morto intelectual – o planejamento central⁴.

⁴ A essa opinião, escapam-lhe a força e a unidade do programa de pesquisa de Hayek durante toda sua carreira. Muito pouco da obra de Hayek é dedicada a uma crítica do planejamento central, embora essa crítica compor o núcleo da análise de diversas propostas alternativas para uma ação governamental no direcionamento do processo econômico (incluindo-se oferta e demanda de bens públicos, emissão de moeda, contraste entre legislação e direito [*common law*], etc.). Um dos pontos mais desanimadores, comum aos obituários publicados sobre Hayek, foi a total ausência nesses de apreço à teoria econômica subjacente ao liberalismo político de Hayek (isto é, propriedade privada, programa liberal clássico de limitação governamental). Contudo, o capitalismo liberal de Hayek foi formado pela influência “austriaca” no seu entendimento sobre a natureza dos processos econômicos. Portanto, a crítica sutil do planejamento central é muito mais uma questão de teoria econômica que de política pública. Essa crítica teórica permeia toda a obra hayekiana, da teoria do capital à filosofia jurídica. Nesse respeito, ver: KIRZNER, Israel. F. A.

Enquanto muitos estudiosos da Escolha Pública colocariam o livro *Capitalism, Socialism and Democracy* [Capitalismo, Socialismo e Democracia]⁵, lançado originalmente em 1942, de Joseph Schumpeter (1883-1950) como precursor, o trabalho de Hayek em ciências políticas mal é mencionado em relação desenvolvimento histórico da Teoria da Escolha Pública⁶. Isto é notável uma vez que Schumpeter não viu qualquer dificuldade teórica na organização lógica do socialismo, enquanto o trabalho de Hayek tratou explicitamente da espinhosa lógica econômica e política do socialismo e do socialismo democrático⁷.

Hayek, 1899-1992. *Critical Review*, Fall 1991: 585-92; BOETTKE, Peter. F. A. Hayek, 1899-1992. *The Freeman*, August 1992: 300-03.

⁵ SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Row, 1942. [Disponível em português na seguinte edição brasileira: SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961].

⁶ Por exemplo, os manuais básicos de economia da Escolha Pública de Dennis Mueller [MUELLER, Dennis C. *Public Choice II*. Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1989.1989], Joe Stevens [STEVENS, Joe. *The Economics of Collective Choice*. Boulder: Westview Press, 1993] e David Johnson [JOHNSON, David. *Public Choice: An Introduction to the New Political Economy*. Mountain View: Mayfield Publishing, 1991], em nenhum desses há qualquer menção a F. A. Hayek tanto na bibliografia quanto no índice remissivo. Dentro do grupo dos acadêmicos de Economia Política constitucional, entretanto, a obra de Hayek aparenta ser considerada mais relevante ao núcleo de desenvolvimento teórico – como seria evidenciado pela citação de Hayek a acompanhar o cabeçalho da revista *Constitutional Political Economy*. Ademais, James M. Buchanan e Viktor J. Vanberg são os dois pensadores modernos que claramente representam a disposição, até intensa, dentro da tradição da Teoria da Escolha Pública, de incorporar (e/ou revisar) a obra de Hayek sobre Direito e política no objetivo de forjar uma economia política e uma filosofia social revitalizadas. Outrossim, deve-se menção honrosa ao exame sobre planejamento burocrático de Gordon Tullock – lamentavelmente pouco considerado – em que o argumento hayekiano acerca do “problema do conhecimento” compõe o núcleo de sua seção terceira.

⁷ Sobre análise da lógica econômica e organizacional do socialismo por Joseph Schumpeter, ver: SCHUMPETER.

Especificamente, é curioso que o livro *The Road to Serfdom* [O Caminho da Servidão]⁸, originalmente lançado em 1944, de Hayek não seja visto como uma obra que trata dos problemas básicos da Escolha Pública sobre a operação da democracia, apesar de seu longo tratamento sobre os limites da democracia. Sir Alan T. Peacock (1922-2014), por exemplo, em seu livro *Public Choice Analysis in Historical Perspective* [Análise da Escolha Pública em Perspectiva Histórica] usa Hayek como exemplo de teorista o qual decididamente *não* faz parte da tradição da Escolha Pública⁹. De acordo com *O Caminho da Servidão*, a massa da humanidade, argumenta Peacock, reage passivamente às iniciativas políticas. Hayek seria tão culpado quanto John Maynard Keynes (1883-1946), aponta Peacock, por rejeitar o saber da análise da Escolha Pública quando aceita a premissa de que são ideias, e não, interesses escusos, que regem o mundo dos negócios.

O Caminho da Servidão, no entanto, não se limitou a uma crítica do planejamento central completo, isto é, do socialismo bolchevique. Tampouco limitou-se a um exame das ideias que prepararam a ascensão do totalitarismo nas versões bolchevique e nazista. Mais que isso, o livro buscou explicar com as ideias

Capitalism, Socialism and Democracy. p. 172-99; SCHUMPETER, Joseph A. **History of Economic Analysis.** Oxford / New York: Oxford University Press, 1954. p. 989]. Caso o socialismo fosse lidar com qualquer problema operacional, Schumpeter afirmou, esse seria em nível das dificuldades prático-administrativas, e *não* da esfera da lógica econômica pura como Ludwig von Mises e F. A. Hayek arguem.

⁸ HAYEK, F. A. **The Road to Serfdom.** Chicago: The University of Chicago Press, 1944. [Ao longo do texto todas as citações da versão original em inglês serão substituídas pela passagem equivalente em língua portuguesa da seguinte edição: HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão.** Trad. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 6ª Ed., 2010. (N. do T.)].

⁹ PEACOCK Sir Alan T. **Public Choice Analysis in Historical Perspective.** Cambridge / New York: Cambridge University Press, 1992. p. 59-60.

socialistas modificaram as expectativas sobre as instituições democráticas, e como tais instituições, por sua vez, transformaram-se em instrumentos de um governo totalitário devido a impossibilidade de atender às novas expectativas de maneira consistente com os princípios democráticos. Noutras palavras, Hayek conta uma trágica história na qual a melhor das intenções pavimentou o caminho para um inferno político, econômico e social. Hayek questiona:

Poder-se-á imaginar maior tragédia do que, no esforço de modelar conscientemente o nosso futuro de acordo com elevados ideais, estarmos de fato e involuntariamente produzindo o oposto daquilo por que vimos lutando?¹⁰

Para que se chegue a um entendimento mais profundo do posicionamento de Hayek, deve-se rever seus argumentos apresentados em *O Caminho da Servidão*, fazer um levantamento das reações dos seus contemporâneos a essa argumentação; enfrentar os motivos subjacentes ao seu mal entendimento tanto pelos contemporâneos quanto pelas gerações seguintes, e, finalmente, explicar a constante relevância da tese de Hayek sobre o fracasso dos governos em controlar ou superar o mecanismo de mercado de forma consistente com os princípios liberais-democráticos.

I - O ARGUMENTO CENTRAL

O Caminho da Servidão não é um panfleto “político” usual. Os fundamentos do texto são sutis, e, de fato, o resto da vida acadêmica de Hayek centrou-se no núcleo da mensagem dessa obra. O afastamento de Hayek de questões técnicas da economia, como ele mesmo informa o leitor no prefácio, “*decorreu, sobretudo, de uma característica peculiar das atuais discussões acerca dos problemas da futura*

¹⁰ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. p. 32.

política econômica”¹¹. Não há dúvidas da pretensão inicial de Hayek em retornar com toda a dedicação aos problemas da teoria econômica pura e, especificamente, à teoria do capital (sobre a qual *The Pure Theory of Capital* [A Teoria Pura do Capital]¹² de 1940, fora somente o primeiro tomo de um projeto em dois volumes) após a finalização dessa obra, escrita no seu tempo livre. Hayek, no entanto, nunca voltou à economia. Ao invés disso, ele embarcou numa nova carreira como cientista político, historiador das ideias, jusfilósofo, etc. De fato, é perfeitamente legítimo arguir que, após 1944, Hayek abandonou os estudos de economia propriamente ditos para tornar-se, alegadamente, um dos mais abrangentes teóricos em ciências sociais do século XX. Ainda assim, ambos *The Constitution of Liberty* [Os Fundamentos da Liberdade]¹³, de 1960, e *Law, Legislation, and Liberty* [Direito, Legislação e Liberdade]¹⁴, cujos volumes foram lançados em 1973, 1976 e 1979, são, em diversas maneiras, elaborações e refinamentos da argumentação primeiramente articulada no que ficou conhecido como “o livro político” de Hayek.

O *Caminho da Servidão* é dividido em dezesseis capítulos compactos que leva o leitor numa jornada através da história intelectual e deduções lógicas abstratas intercaladas por

observações históricas. O objetivo do livro seria demonstrar as consequências sociais das ideias. Nesse ponto, poder-se-ia dizer que a interpretação de Peacock sobre Hayek é correta, não fosse essa incompleta. Apesar de ser verdade que Hayek toma as ideias como forças-motrices na história, a tragédia das más ideias é permitirem existir governos em favor de determinados interesses privilegiados e contra o bem comum. Ideias fornecem a infraestrutura social na qual indivíduos perseguem seus próprios interesses. Se tais ideias refreiam apropriadamente o comportamento egoísta dos indivíduos, o resultado não apenas será economicamente ineficiente, mas politicamente e socialmente detestável.

O núcleo teórico da análise de F. A. Hayek provém dos ensinamentos de Ludwig von Mises (1881-1973) quanto à impossibilidade técnica de fazer-se cálculos econômicos num sistema socialista¹⁵ – sendo socialismo definido tradicionalmente como a abolição da propriedade privada dos meios de produção. A contribuição de Hayek para a argumentação misesiana está na elaboração do papel exato que o sistema de preços exerce no provimento de informações (ou conhecimento) necessários para a coordenação de planos complexos¹⁶. Mises e Hayek demonstraram que o socialismo não é capaz de reproduzir aquilo que a ordem da propriedade privada e o sistema de preços provém. Não há mente ou grupo de mentes capaz de reunir o conhecimento necessário para coordenar um sistema econômico industrial complexo. Por outro lado, a ordem da propriedade privada e o sistema de preços, tanto pelos sinais dos preços

¹¹ Idem. *Ibidem.*, p. 9.

¹² HAYEK, F. A. **The Pure Theory of Capital**. Chicago: The University of Chicago Press, 1940.

¹³ HAYEK, F. A. **The Constitution of Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960. [A obra foi publicada em língua portuguesa na seguinte edição brasileira: HAYEK, F. A. **Os Fundamentos da Liberdade**. Intr. Henry Maksoud; Trad. Anna Maria Copovilla e José Ítalo Stelle. Brasília / São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Visão, 1983. (N. do T.)].

¹⁴ HAYEK, F. A. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1973 / 1976 / 1979. 3v. [Em língua portuguesa a obra foi publicada na seguinte edição brasileira: HAYEK, F. A. **Direito, Legislação e Liberdade: Uma Nova Formulação dos Princípios Liberais de Justiça e Economia Política**. Apres. Henry Maksoud; Trad. Anna Maria Copovilla, José Ítalo Stelle, Manuel Paulo Ferreira e Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985. 3v. (N. do T.)].

¹⁵ MISES, Ludwig von. **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Trad. J. Kahane. Indianapolis: Liberty Classics, 1981 [1922].

¹⁶ Em meu livro *Why Perestroika Failed*, a crítica Mises-Hayek do socialismo é examinada em cada uma de suas partes constituintes – incentivos de propriedade, complexidade informacional, natureza contextual do conhecimento e organização política. Ver: BOETTKE, Peter. **Why Perestroika Failed: The Politics and Economics of Socialist Transformation**. London: Routledge, 1993. p. 46-56.

monetários quanto pela contabilidade de lucros e prejuízos, traduzem para a linguagem econômica a informação necessária a ser processada pelos agentes econômicos gerando os incentivos apropriados para a ação desses; e não só provêm o contexto social para descobertas empreendedoras necessárias para o uso efetivo dos recursos disponíveis, como levam a inovações e progresso tecnológico que asseguram prosperidade contínua¹⁷.

O Caminho da Servidão prossegue sob a premissa que essa proposição misesiana está consolidada na literatura técnica¹⁸. A tarefa de Hayek em *O Caminho da Servidão* não era estabelecer que o planejamento socialista não poderia alcançar a eficiência dos resultados do capitalismo, mas, além, era demonstrar o que emergiria estruturalmente do fracasso do planejamento socialista em atingir o resultado almejado. O desvio pela história intelectual nos três primeiros capítulos teria sido necessário para mostrar que, a despeito da demonstração misesiana, a crítica socialista à concorrência debilitou efetivamente, entre o público em geral e, especialmente, entre a elite intelectual, a legitimidade das instituições liberais. O parecer de Hayek que um dos maiores avanços da teoria liberal foi desmascarar a ação de grupos de interesse em buscar privilégios é significativa para demonstrar a relevância de Hayek para a Escolha Pública. O liberalismo, Hayek sustenta, conferira certa “suspeita saudável” a qualquer argumento que demandasse restrições à concorrência de mercado¹⁹. Com essa crítica ao sistema de

concorrência, a teoria socialista eliminara, infelizmente, as barreiras liberais contra pleitos para concessão de privilégios, e abriria a porteira para a enxurrada de grupos de interesse a demandar proteção estatal contra a concorrência sob a bandeira do planejamento socialista²⁰.

Hayek até mesmo explicaria como o fracasso do liberalismo *laissez-faire* contra o socialismo originou-se do próprio sucesso em coibir os privilégios de natureza mercantilista. Hayek afirma:

Diante dos inumeráveis interesses a demonstrar que certas medidas trariam benefícios óbvios e imediatos a alguns, ao passo que o mal por elas causado era muito mais indireto e difícil de perceber, apenas regras fixas e imutáveis teriam sido eficazes. E como se firmara uma forte convicção de que era imprescindível haver liberdade na área industrial, a tentação de apresentá-la como uma regra sem exceções foi grande demais para ser evitada²¹.

Portanto, se uma das reivindicações teóricas da teoria moderna da escolha pública é a demonstração da lógica dos benefícios concentrados e custos dispersos, então, resta evidente o conhecimento de Hayek sobre tal princípio. Ademais, caso se considere a posição de Hayek sobre a importância econômica da “segurança jurídica” (“*the rule of law*”), torna-se hialino o intento de Hayek em combater a lógica dos benefícios concentrados com uma norma fixa que eliminaria oportunidades para grupos de interesse aparelharem a máquina pública para usá-la em benefício próprio²².

¹⁷ MISES, Ludwig von. **Socialism**. p. 55-130; HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1948. p. 77-91, 119-209.

¹⁸ Como será argumentado, é essa premissa que levou a diversos mal-entendidos a respeito da obra de F. A. Hayek, porque muitos – mesmo aqueles favoráveis ao liberalismo – não entenderam o significado da demonstração de Ludwig von Mises.

¹⁹ Para um exame da teoria de grupos de interesse tanto no liberalismo clássico em geral quanto na economia austríaca em particular, ver: RAICO, Ralph. *Classical Liberal Roots of the Marxist Doctrine of Classes*. In: MALTSEV, Yuri N. (Ed.). **Requiem for Marx**.

Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 1993. p. 189-220; HOPPE, Hans-Hermann. **The Economics and Ethics of Private Property**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 93-110.

²⁰ HAYEK. **O Caminho da Servidão**. p. 61.

²¹ Idem. *Ibidem.*, p. 42-43.

²² Ver, por exemplo, *O Caminho da Servidão*, onde Hayek afirmou que:

As pessoas interessadas de perto numa questão não são necessariamente os melhores juizes dos interesses

Apesar das interpretações dadas por Higgs ou Peacock, *O Caminho da Servidão* toca em vários temas caros à Escolha Pública além dos benefícios concentrados e custos dispersos. Em sua discussão sobre a importância do estado de direito (*rule of law*), por exemplo, Hayek antecipou um tema que seria continuamente reiterado na obra de James M. Buchanan. Normas, ao invés de discricionariedade, por “atarem as mãos do rei”, provêm a segurança jurídica (*legal certainty*) necessária para o desenvolvimento da sociedade comercial. Hayek, de fato, descreve normas formais como “instrumentos de produção” (*instruments of production*)²³, numa fraseologia que ressoa na distinção de Buchanan entre “Estado Produtivo” e “Estado Redistributivo”²⁴.

Hayek fornece uma das mais articuladas fundamentações da tese liberal que as liberdades econômica e política são

da sociedade como um todo. Consideremos apenas o caso mais característico: quando, num setor industrial, capitalistas e trabalhadores concordam numa política de restrição, explorando, assim, os consumidores, não há em geral dificuldade na divisão dos lucros de forma proporcional aos ganhos anteriores ou de acordo com algum princípio semelhante. O prejuízo, porém, partilhado por milhares ou milhões de consumidores, costuma ser simplesmente menosprezado, ou não é levado na devida consideração (p. 77).

Hayek seguiu argumentando que “justiça” no planejamento requereria que ganhos e perdas decorrentes das políticas públicas fossem igualmente considerados pela autoridade responsável, mas dada a complexidade da corrente de eventos e da natureza indireta dos efeitos dessas políticas, não haveria motivação suficientemente forte para que o prejuízo “partilhado por milhares ou milhões” fosse incorporado ao processo de tomada de decisões de maneira adequada. A natureza discricionária do planejamento, no entanto, obriga as autoridades a fazerem julgamentos exatamente desse tipo. Abandonar a segurança jurídica (“*rule of law*”) pela discricionariedade do planejamento equivaleria, segundo Hayek, a um retorno não-intencional à regência por posição social (“*rule of status*”) contrário à igualdade contratual.

²³ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. p. 91.

²⁴ BUCHANAN, James. *The Limits of Liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

vinculadas uma a outra. Sua argumentação é comumente mal-interpretada como se sugerisse que desenvolvimento econômico seria apenas possível em uma ordem política liberal. Fosse esse o caso, abundariam exemplos empíricos em contrário mostrando econômico em sociedades sob ditaduras autoritárias. O argumento liberal estaria refutado ou, ao menos, seriamente posto em causa²⁵. O ponto de Hayek, por certo, era mais limitado e refinado que tão estreita relação social de causalidade. Ele argumenta que controle econômico não controla somente

um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância – em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se. Planejamento central significa que o problema econômico será resolvido pela comunidade e não pelo indivíduo; isso, porém, implica que caberá à comunidade, ou melhor, aos seus representantes, decidir sobre

²⁵ Para argumentos desse tipo, ver, por exemplo: PRZEWORSKI, A. & LIMONGI, F. Political Regimes and Economic Growth. *Journal of Economic Perspectives*, Summer 1993: 51-69. Há diversos problemas que imediatamente se revelam. Primeiro, não se trata de argumento liberal levantado por F. A. Hayek em *O Caminho da Servidão* nem por Milton Friedman (1912-2006) em *Capitalismo e Liberdade* [FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: Chicago University Press, 1962]. Segundo, a análise parte da premissa que desenvolvimento econômico seja sinônimo de taxas de crescimento (isto é, as dificuldades de economia agregada não são enfrentadas adequadamente). Finalmente, a estrutura política *de facto* da sociedade em questão é deixada virgem nesses estudos. Por exemplo, na China contemporânea, muito do “sucesso” das reformas econômicas pode ser atribuído a descentralizações políticas *de facto* que ocorreram na metade para o final da década de 1980. Ver: WEINGAST, B. The Economic Role of Political Institutions. Unpublished manuscript. Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Stanford University, 1993. p. 33-40.

a importância relativa das diferentes necessidades²⁶.

Quiçá a contribuição mais importante de Hayek à escolha pública em *O Caminho da Servidão* esteja em apontar a lógica organizacional implícita na substituição das decisões privadas dos indivíduos no mercado pela tomada de decisões pela comunidade através dos seus representantes por um plano coletivo. A argumentação de Hayek inclui tanto uma análise dos incentivos enfrentados pelos representantes no contexto institucional de planejamento econômico centralizado quanto o processo evolutivo engendrado por tais instituições para a seleção de líderes. Frise-se, a premissa assumida aqui é que Hayek não procurou demonstrar a verdade ou falsidade da tese misesiana acerca da impossibilidade do cálculo econômico no socialismo em *O Caminho da Servidão*. A obra desenvolve-se como se a tese estivesse pacificada na literatura técnica da teoria econômica. Portanto, Hayek examinava a lógica organizacional do planejamento central e quais as transformações institucionais/sociais ocorreriam em resposta ao fracasso de tal planejamento em alcançar seus objetivos propostos²⁷.

Obviamente, quando diante do próprio fracasso, as autoridades públicas poderiam reverter o curso e mover em direção à adoção de políticas econômicas de cunho liberal. É crucial à tese de Hayek o demonstrado pela “escolha pública” que autoridades públicas, dentro de um contexto social no qual liberalismo (e suas instituições de governança) foram solapados pela crítica socialista, não sofrem qualquer incentivo

que os levaria a escolher tal alteração de curso. Isso é o que leva ao conceito de “bola de neve” (“*slippery slope*”). O ponto em que Hayek se afasta da interpretação extremada da Escolha Pública sobre incentivos na política é o quanto ideias (por modificarem a infraestrutura social) podem mudar os incentivos enfrentados pelas autoridades nas decisões sobre políticas públicas. Nesse sentido, Hayek mistura ideias e interesses de maneira mais sutil àquela disponível nos manuais de teoria da Escolha Pública, e ele faz de modo semelhante à importante distinção de Buchanan entre níveis de análise pré-constitucional e pós-constitucional.

Ao examinar a lógica organizacional do planejamento central, Hayek avisa o leitor que como o conhecimento econômico necessário para planejar racionalmente a economia não estará disponível aos planejadores, esses serão forçosamente obrigados a basear suas decisões em informações cuja forma é aquela prontamente disponível em tal contexto – informações na forma de incentivo para o exercício do poder público. O argumento de Hayek fundamenta-se numa aplicação do princípio de vantagens comparativas ao processo de seleção de lideranças num sistema de planejamento central. Dito de outro modo, da mesma maneira em que se espera a divisão de trabalho em determinada sociedade refletir os custos de oportunidade dos diversos produtores, deve-se esperar que aqueles com a habilidade necessária ao exercício do poder político sejam os que cresçam dentro de aparelhos estatais voltados ao planejamento central. Nesse sentido, Hayek contestava diretamente as opiniões de que os exemplos históricos e concretos desse tipo de ordem política, como, digamos, na antiga União Soviética, seriam “acidentes históricos” e/ou causados por “más” pessoas, pelo que não poderiam servir de ilustração às dificuldades da realização de um planejamento centralizado. A premissa que se somente pessoas “boas” controlassem a agência de planejamento, os resultados decorrentes seriam condizentes

²⁶ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. p. 104.

²⁷ Não é impossível tentar planejar centralmente uma economia industrial complexa; impossível é ser “bem-sucedido” na tarefa. Sucesso aqui significa atingir os propagados fins socialistas de acréscimo de prosperidade, uso eficiente de recursos, eliminação dos ciclos econômicos, eliminação do poder monopolista e distribuição equitativa de riqueza.

com os valores democráticos liberais é simplesmente falsa²⁸. Hayek escreveu:

Há razões de sobra para se crer que os aspectos que consideramos mais detestáveis nos sistemas totalitários existentes não são subprodutos acidentais, mas fenômenos que, cedo ou tarde, o totalitarismo produzirá inevitavelmente. Assim como o estadista democrata que se propõe a planejar a vida econômica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seu plano, também o ditador totalitário logo teria de escolher entre o fracasso e o desprezo à moral comum²⁹.

Nessa seara, “sucesso” requer talento para um comportamento moral desinibido e inescrupuloso em relação à humanidade. Totalitarismo não é consequência de “corrupção” ou de “acidente histórico”, mas a consequência lógica de incentivos institucionais da tentativa de planejar centralmente a economia³⁰.

Hayek, tanto neste ponto quanto no restante de *O Caminho da Servidão* faz uma sutil

²⁸ Como se verá, aqui é onde F. A. Hayek se afasta da companhia de John Maynard Keynes. É de certa forma irônico que tenha sido Oscar Wilde (1854-1900) – e não, Keynes – a perceber a impossibilidade de misturar-se planejamento econômico socialista e valores burgueses. Wilde afirmou no seu ensaio “A Alma do Homem sob o Socialismo” que mesmo se o socialismo alcançasse uma performance econômica melhor do que a economia de mercado, isso seria ao custo da destruição da liberdade artística. O argumento de Hayek apenas acrescentar-se-ia às acusações contra o socialismo do tipo da de Wilde, demonstrando que o sistema socialista tampouco poderia superar a sociedade de mercado no plano econômico.

²⁹ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. pp. 139-140.

³⁰ Para uma aplicação desse argumento do tipo hayekiano no debate sobre a ascensão de Stalin dentro do contexto soviético, ver: BOETTKE, Peter. *The Political Economy of Soviet Socialism: The Formative Years, 1918-1928*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1990. p. 34-38. Para uma aplicação do argumento no contexto do socialismo descentralizado, tal como no caso da Iugoslávia, ver: PRYCHITKO, David L. *Marxism and Worker's Self-Management: The Essential Tension*. Westport: Greenwood Press, 1991.

e trágica exposição das consequências de tal planejamento. É algo além do fato de uma “farândola” assumir o controle do aparato coercitivo estatal e empregá-lo na opressão do restante dos cidadãos em prol de si mesma, apesar de o desejo de organizar a vida econômica (ou a vida social em geral) estritamente conforme um plano científico não decorrer do desejo de exercer poder sobre as pessoas. Como giza Hayek, a imposição arbitrária de poder é consequência, e não a causa, do desejo de planejar cientificamente a economia. Para “realizar seu objetivo, os coletivistas precisam criar um poder de uma magnitude jamais vista até hoje – poder exercido por alguns homens sobre os demais – e de que seu êxito dependerá do grau de poder alcançado”³¹. Mesmo socialistas liberais, em oposição aos coletivistas, no anseio de planejar a economia, devem estabelecer instituições de planejamento discricionário e conceder autoridade a planejadores para que esses exerçam poder político de maneira a conferir a tarefa a eles delegada. A complexidade da tarefa implícita no ato de planejar racionalmente um sistema econômico requeria que aos encarregados lhes fosse concedida quase que absoluta discricionariedade. Consequentemente, deve-se esperar que somente aqueles com vantagem comparativa no exercício do poder discricionário sobreviverão.

O argumento de Hayek foi uma aplicação direta dos princípios econômicos às instituições políticas do planejamento central. Não foi um argumento restrito a Hayek e não deveria ter sido algo controverso. Frank Knight (1885-1972) fez algo similar, o que lhe permitiu adequadamente afirmar que autoridades encarregadas do planejamento seriam obrigadas a:

[...] exercer seu poder impiedosamente para manter em funcionamento a estrutura de produção e distribuição [...]. Seriam obrigados a isso querendo ou não; e a probabilidade das pessoas no poder serem indivíduos para os quais a posse e o exercício de poder seja enfadonho é equivalente a

³¹ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. p. 146.

de uma pessoa caridosa trabalhar como açoitador numa fazenda com mão-de-obra escrava³².

Se a teoria da escolha pública significa “o estudo econômico da tomada de decisões fora do mercado ou simplesmente da aplicação da economia à ciência política”³³, então o tratamento de Hayek à lógica organizacional das instituições socialistas é indevidamente negligenciada pela literatura contemporânea de política econômica. Ademais, Hayek não se limitou a um exame do socialismo “pesado”, como também analisou a importância de normatização ao invés de discricionariedade, os limites da democracia e a importância do federalismo como entrave institucional à ação democrática³⁴.

Gostaria de sugerir que esse descaso para com as contribuições de Hayek à Escolha Pública poderia ser atribuída à “visão” e “análise”, dois fatores siameses³⁵. A maioria de seus contemporâneos não compreenderam adequadamente as inovações no posicionamento de Hayek devido a diferenças visionárias que as tornaram insensíveis à argumentação. Não o bastante, entre aqueles contemporâneos de visão semelhante, muito poucos seguiram sua estrutura analítica³⁶.

³² KNIGHT, Frank. Lippmann's *The Good Society*. *Journal of Political Economy*, Vol. 46, No. 6 (December 1938): 864-872. Cit. p. 869.

³³ MUELLER. *Public Choice II*. p. 1.

³⁴ Hayek discutiu federalismo em *O Caminho da Servidão* no capítulo “As Perspectivas da Ordem Internacional” (p. 193-206). Ver, também: HAYEK. *Individualism and Economic Order*. p. 255-272; *The Constitution of Liberty*. p. 176-92.

³⁵ Sobre “visão” e “análise” em fundamentação econômica, ver: SCHUMPETER. *History of Economic Analysis*. p. 41-45.

³⁶ Por exemplo, considere-se a rejeição por Frank Knight do argumento crucial misesiano a respeito da impossibilidade de cálculo econômico sob o socialismo, em: KNIGHT, Frank. *The Place of Marginal Economics in a Collectivist System*. *American Economic Review*, (March 1936): 255-66; Idem. Lippmann's *The Good Society*. p. 867-68. Knight cria que os problemas do socialismo seriam políticos e não, econômicos.

Infelizmente, mesmo com o passar do tempo e com um aumento na quantidade de pensadores tendentes a compartilhar da visão de Hayek quanto ao fracasso do planejamento governamental da economia, o modo de análise daqueles montem-se antitético ao dele, impedindo que percebam a originalidade da contribuição analítica de Hayek.

II - O ESPÍRITO DE ÉPOCA

A crítica socialista à ordem econômica liberal alterou efetivamente os termos do debate público no começo do século XX. A maioria dos participantes nos debates político e intelectual concordam que o liberalismo *laissez-faire* falhara em providenciar equidade e condições sociais dignificantes. Assim sendo, passou-se a exigir legislação de cunho progressista buscando corrigir as falhas da livre concorrência. A grande depressão, a qual pela interpretação popular à época comprovara que o capitalismo era tanto injusto quanto também instável, contribuiu para a crítica do liberalismo *laissez-faire*. O sistema capitalista, caso fosse sobreviver ao mundo social-democrata (*liberal*) da década de 1930, teria que se sujeitar ao controle das forças políticas democráticas cuja tarefa seria domar-lhe as operações visando a proteção do povo contra negócios inescrupulosos e especulações irresponsáveis.

Esse clima de opinião intelectual geral ao mesmo tempo alterou e foi reforçado pelo desenvolvimento da economia neoclássica nas décadas de 1920 e 1930. Ao passo em

Contudo, em um ensaio posterior, publicado originalmente em 1940, Knight arguiu que o problema econômico fundamental do socialismo emerge devido à natureza dinâmica da vida econômica a qual demanda adaptação e ajustes contínuos por parte de quem decide em resposta a condições em constante transformação – um componente-chave do argumento original de Mises, evidentemente. Ver: KNIGHT, Frank. *Socialism: The Nature of the Problem*. In: **Freedom and Reform**. Indianapolis: Liberty Classics, 1982. Ver, também: MISES. *Socialism*. p. 105, 120-21.

que a teoria econômica acadêmica foi tornando-se mais tecnicamente refinada e mais rarefeita na apresentação de seus teoremas básicos, a compreensão mais intuitiva e apreciativa dos processos rivais de mercado que caracterizaram os economistas clássicos e os primeiros desenvolvimentos da economia neoclássica foi rejeitada como não-científica³⁷. O outro lado da moeda do desenvolvimento do modelo de competição perfeita e das condições estritas requeridas foi o desenvolvimento da teoria das falhas de mercado. Diz-se que há falhas no mercado sempre que a realidade capitalista não alcança as condições do modelo de perfeita competição dos manuais. Externalidades, bens públicos, monopólio, competição imperfeita e instabilidade macroeconômica passaram a ser consideradas características das economias de mercado do mundo real e necessitariam de ações concretas e positivas dos governos para contrabalançar seus resultados socialmente indesejáveis.

Esses desenvolvimentos teóricos trouxeram novas cores às interpretações históricas. A Era Progressista nos Estados Unidos, por exemplo, passou a ser vista como um movimento de interesse público no afã de eliminar problemas sociais através de ações governamentais positivas. O cinismo em relação as propostas dos grupos de interesse para controlar a livre concorrência, atribuído por Hayek corretamente ao liberalismo novecentista, desaparecera em favor de um otimismo quanto à capacidade das autoridades governamentais em corrigir o que havia de errado no mundo.

A grande depressão simplesmente solidificou a “vitória” da crítica socialista ao liberalismo. O colapso das economias dos Estados Unidos e do Reino Unido abalaram a fé de toda uma geração no sistema capitalista.

³⁷ Para uma história do pensamento anti-Whig a respeito do ferramental da análise econômica e, nominalmente, do modelo de competição perfeita, ver: MACHOVEC, Frank. **Perfect Competition and the Transformation of Economics**. New York: Routledge, 1995.

Planejamento racional passou a ser visto como mais do que mera alternativa viável a ser debatida, tornando-se a única opção contra o caos. Políticas econômicas de cunho liberal clássico passaram a representar a crença dos ingênuos e dos ignorantes. O mundo moderno tornara-se complexo demais para ideias provenientes dos séculos anteriores terem qualquer valor prático.

John Maynard Keynes argumentou que, enquanto alguns podem ainda prenderem-se a velhas ideias da política econômica liberal, “em nenhum país do mundo hoje essas são reconhecidas como sendo uma força séria”³⁸. O fato significativo a ser lembrado é Keynes considerar-se, além de ser visto por outros como, um realista dentro da tradição liberal clássica. Keynes não era um socialista radical, mas um autoproclamado salvador da ordem burguesa³⁹. A ideia keynesiana pregava uma intervenção racional dos governos para o aperfeiçoamento dos mecanismos e dos resultados da economia de mercado. Ele propunha combinar a socialização do mercado de capitais com as tradições políticas novecentistas da Grã-Bretanha. Se imaginava a socialização dos investimentos como a única solução para assegurar pleno emprego, tal reforma não aconteceria, na análise dele, no rompimento com a sociedade burguesa. Keynes concebia sua teoria como uma extensão do liberalismo clássico e não, uma rejeição. Sua defesa de uma maior participação governamental no planejamento da economia era, na opinião dele, uma tentativa pragmática para salvar o individualismo e evitar a destruição do sistema econômico vigente⁴⁰.

³⁸ KEYNES, John Maynard. National Self-Sufficiency. **The Yale Review**, New Series, Vol. XXII, No. 4 (June 1933): 755-69. Cit. p. 762.

³⁹ KEYNES, John Maynard. **Laissez Faire and Communism**. New York: New Republic, 1926. p. 129-30.

⁴⁰ KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1964 [1936]. p. 378-81.

O espírito da época levou até mesmo alguém tão cínico às promessas políticas e intelectuais de aprimoramento humano através de legislação quanto era Frank Knight a declarar publicamente as virtudes do comunismo⁴¹. Knight afirmou que a sociedade liberal falhara em prover a ordem social em tempos de crise, e, portanto, que o comunismo podia lamentavelmente estabelecer tão desesperadamente necessitada ordem⁴². A impressão é de que todo mundo advogava por alguma forma de controle governamental e planejamento econômico para garantir estabilidade e equidade durante os anos de 1930 e 1940. Nesse clima de opinião intelectual o desafio posto ao planejamento econômico por seus críticos, Mises e Hayek, não foi compreendido nem tampouco tolerado. Todavia, sem entender as dificuldades teóricas de tal planejamento, não se poderia entender as experiências decepcionantes decorrentes das tentativas de planejamento tanto no mundo socialista quanto no democrático. A questão não era meramente de apologética ideológica; o problema é que a visão ideológica resultara num honesto ponto-cego analítico em acadêmicos e intelectuais.

Os preconceitos intelectuais da época não apenas falharam em enfrentar os problemas econômicos do planejamento central, como também ignoraram suas dificuldades políticas. Juntamente com o cinismo da era anterior a pleitos por restrições contra a concorrência, a vitória da crítica socialista à sociedade liberal também eliminara as justificações para restrições sobre os governos democráticos desenvolvidos durante os séculos XVIII e XIX. O tratamento de Hayek

⁴¹ KNIGHT, Frank. *The Case for Communism: From the Standpoint of an Ex-liberal*. [1932]. In: **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, Archival Supplement 2 (1991): 57-108.

⁴² Milton Friedman revelou, em correspondência privada, datada de 9 de agosto de 1994, sobre a primeira versão deste artigo que, posteriormente, em resposta a pedido de permissão para republicação dessas palestras, Frank Knight respondera que “desejaria despublicá-las”.

a essa deslegitimação do constitucionalismo liberal e do Estado de Direito (*rule of law*) é um dos pontos cruciais de *O Caminho da Servidão*⁴³. Para implementar o planejamento, as autoridades não poderiam estar limitadas por regras formais, mas dotadas de poder discricionário. Ademais, planejamento (para que tenha algum significado coerente) requer amplo consentimento, e democracia é capaz de alcançar apenas um certo nível de consenso – normalmente limitado a regras gerais que estabelecem espaços para discordâncias. Hayek expõe que

planejamento cria uma situação na qual é necessário para nós concordar com um número muito maior de questões do que estamos habituados: além disso, num sistema planejado não podemos limitar a ação coletiva às tarefas em torno das quais é possível haver acordo, pois é preciso haver consenso sobre todas as questões para que se possa seguir uma linha de ação, seja ela qual for – esses são os aspectos que mais tendem a determinar o caráter de um sistema planejado⁴⁴.

Nesse sentido, a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de coerção e de imposição de ideais, sendo, pois, essencial para que o planejamento em larga escala se torne possível. O conflito entre planificação e democracia decorre, simplesmente, do fato de que esta constitui um obstáculo à supressão da liberdade exigida pelo dirigismo econômico⁴⁵.

Tal aviso, no entanto, não seria levado em consideração à época. Limites tradicionais à democracia tiveram que ser abandonados para que legislações progressistas fossem promulgadas. O saber liberal clássico referente aos limites constitucionais foi perdido. Em seu lugar, uma visão ingênua sobre governança passou a dominar o discurso público. O sistema

⁴³ HAYEK. *O Caminho da Servidão*. pp. 81-92.

⁴⁴ Idem. *Ibidem.*, p. 79.

⁴⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 86.

político democrático foi desenvolvido sobre a perspectiva de tornar-se um regime no qual cada um dos cidadãos individualmente inequivocamente expressaria as informações necessárias sobre a gama de bens e serviços públicos demandados o nível dos impostos a serem pagos. Democracia seria o modelo ideal de auto-governança. O espírito de época requeria uma expansão do poder democrático, não, restringi-lo⁴⁶. Diante do fracasso da ordem econômica liberal, governos democráticos poderiam facilmente corrigir o rumo através do uso sensato de planejamentos racionais. Caso a ação governamental falhe, não seria devido à fraqueza estrutural inerente ao sistema democrático (tal como a impossibilidade de o governo calcular racionalmente o uso alternativo de recursos escassos sem os sinais de mercado). Bastaria aos agentes políticos juntar mais informações e trabalhar mais a fundo na próxima vez.

Planejamento e expansão dos procedimentos democráticos sobre áreas além do seu âmbito tradicional não eram vistos como ame-

⁴⁶ Hayek entendeu bem tal desenvolvimento, tanto que dirigiu uma crítica àquilo que poderia ser descrito como o “fetichismo democrático” da época, ou em suas palavras:

Hoje em dia, costuma-se concentrar a atenção na democracia, julgando-a o principal valor que está sendo ameaçado. Isso, porém, não deixa de ser perigoso. De fato, essa ênfase desmedida no valor da democracia é responsável pela crença ilusória e infundada de que, enquanto a vontade da maioria for a fonte suprema do poder, este não poderá ser arbitrário [...]

É injustificado supor que, enquanto o poder for conferido pelo processo democrático, ele não poderá ser arbitrário. Essa afirmação pressupõe uma falsa relação de causa e efeito: não é a fonte do poder, mas a limitação do poder, que impede que este seja arbitrário. O controle democrático pode impedir que o poder se torne arbitrário, mas a sua mera existência não assegura isso. Se uma democracia decide empreender um programa que implique necessariamente o uso de um poder não pautado por normas fixas, este se tornará um poder arbitrário (HAYEK, F.A. **Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue**. Chicago: Chicago University Press, 1994. 86-87).

ça à liberdade política. Keynes, por exemplo, em resposta a *O Caminho da Servidão*, escreveu:

Deve-se dizer que o que se quer não é ausência de planejamento, ou até mesmo menos planejamento; de fato, deve-se afirmar a quase certeza de se querer mais. Contudo, planejamentos devem ocorrer em comunidade onde o maior número de pessoas possível, tanto líderes quanto seguidores, compartilhem completamente a necessária posição moral. Planejamento moderado será mais seguro se aqueles responsáveis por sua realização estão com suas mentes e corações apontados na direção certa quanto às questões morais envolvidas⁴⁷.

Na medida em que “boas” pessoas estejam encarregadas, nada haveria de censurável num planejamento econômico central. Inclusive, esse seria desejável.

A posição de Hayek não foi tratada com a mesma gentileza de Keynes pela maioria dos seus críticos, mas ele tinha quem o apoiasse. Joseph Schumpeter, por exemplo, escreveu, em 1946, uma resenha positiva no *Journal of Political Economy*⁴⁸, como também fez, em 1945, Aaron Director (1901-2004) no *American Economic Review*⁴⁹. Porém, a maioria mesmo das resenhas acadêmicas mais influentes não foram favoráveis. Barbara Wootton (1897-1988) escreveu uma crítica equilibrada e respeitosa na obra *Freedom Under Planning* [Liberdade sob Planejamento]⁵⁰ de 1945. Aliás, o livro de Wootton foi escrito com tamanha qualidade

⁴⁷ KEYNES, John Maynard. Employment Policy. In: **The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 27: Activities 1940-1946 – Shaping the Post-war World: Employment and Commodities**. Edited by Donald Moggridge. London: Macmillan / Cambridge University Press / St. Martin's Press for the Royal Economic Society. 1980. p. 387.

⁴⁸ SCHUMPETER, Joseph A. Review of F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*. **Journal of Political Economy**, Vol. 54, No. 3 (June 1946): 269-70.

⁴⁹ DIRECTOR, Aaron. Review of F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*. **The American Economic Review**, Vol. XXXV, No. 2 (June 1945): 173-75.

⁵⁰ WOOTTON, Barbara. **Freedom Under Planning**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1945.

que mesmo sendo reputado como uma crítica, permitiu escritores liberais partidários de Hayek verem-no como se confirmasse a tese dele⁵¹. Wootton foi uma exceção em meio aos críticos de *O Caminho da Servidão*.

Herman Finer (1898-1969), com seu livro *The Road to Reaction* [O Caminho da Reação], de 1945, marcou o tom, ao acusar *O Caminho da Servidão* de ser “a mais tenebrosa ofensiva contra a democracia surgida em país democrático em décadas”⁵². A verdadeira alternativa à ditadura, Finer assegurou a seus leitores, não seria individualismo econômico e concorrências, mas um governo democrático totalmente comprometido com o povo. O mundo de Hayek, de acordo com Finer, acarretaria em indivíduos sob o controle de aristocratas ou da burguesia endinheirada. Pessoas livres, no entanto, governar-se-iam sem tais senhores. Planejamento econômico seria, simplesmente, democracia em ação, e justificar-se-ia sempre que houvesse uma ação governamental bem-sucedida. Finer acusou Hayek de utilizar uma linguagem confusa e ludibriante, de equivocar-se sobre o conceito de Estado de Direito (*rule of law*) por esse estar além da capacidade amadorística de compreensão de Hayek, de ser preconceituoso no entendimento sobre processos econômicos, de ter feito uma pesquisa pobre, de demonstrar

uma ausência de conhecimentos básicos de ciência política e uma ignorância sobre ciência da administração, bem como de realizar um ataque direto aos principais valores do regime democrático que expressaria uma atitude autoritária em relação às pessoas comuns.

Charles Merriam (1874-1953), ao resenhar em 1946 os trabalhos de Herman Finer e Barbara Wootton em conjunto, relegou Wootton a um segundo plano, focando-se endossar firmemente a crítica de Finer⁵³. Ele refere-se ao livro de Hayek como “uma obra sobrevalorizada com baixo teor duradouro” e colocou que não havia sido escrita polêmica política mais efetiva desde a crítica de Henry George (1839-1897) a Herbert Spencer (1820-1903) no livro *A Perplexed Philosopher*⁵⁴, de 1892. A obra de Finer, diferentemente da de Hayek, “transpira o espírito democrático da confiança e contém um plano progressista baseado na esperança e não no medo”⁵⁵. Na sua própria resenha de *O Caminho da Servidão*, publicada em 1944, Merriam antecipara-se à crítica de Finer de que Hayek seria confuso, pouco erudito e arrogante, concluindo, contra Hayek, que:

Do planejamento bem feito emergirá a liberdade humana em larga escala, o crescimento da personalidade humana, a expansão das possibilidades criativas da humanidade. A evolução criativa consciente – senhora-de-si ao invés de deixar-se levar pelas circunstâncias – aponta o caminho aos mais elevados níveis e mais altas ordens da vida humana. O Caminho da servidão é não planejar, mas ficar à deriva, sem disposição para mudanças, sem capacidade

⁵¹ Ver, por exemplo, a resenha de Frank Knight na qual ele sugeriu que “comparativamente pouco é dito explicitamente sobre o que Hayek, ou qualquer opositor de ‘planejamento’, no significado atual de ‘economia planificada’ (um eufemismo para socialismo de estado), necessitariam discordar”. Knight seguiu acrescentando que a impressão decorrente da leitura do livro seria de “uma notória contradição entre, por uma lado, o tom e as implicações evidentes de praticamente todo o argumento e, por outro, os compromissos assumidos com qualquer posição de política social” (KNIGHT, Frank. *Freedom Under Planning*. *Journal of Political Economy*, October 1946: 451-54). Ver, também, a extensa resenha de John Jewkes (1902-1988) ao livro de Wootton: JEWKES, John. Review of Barbara Wootton, *Freedom Under Planning*. *The Manchester School of Economics and Social Studies*, January 1946: 89-104.

⁵² FINER, Herman. *The Road to Reaction*. Chicago: Quadrangle Books, 1963 [1945]. p. v.

⁵³ MERRIAM, Charles. Review of Barbara Wootton, *Freedom Under Planning*, and Herman Finer, *The Road to Reaction*. *American Political Science Review*, Vol. XL, No. 1 (February 1946): 131-36.

⁵⁴ GEORGE, Henry. *A Perplexed Philosopher: Being an Examination of Mr. Herbert Spencer's Various Utterances on the Land Question, with Some Incidental Reference to His Synthetic Philosophy*. New York: Charles L. Webster & Company, 1892.

⁵⁵ MERRIAM. Review of Barbara Wootton, *Freedom Under Planning*, and Herman Finer, *The Road to Reaction*. p. 135.

para adaptação a novas possibilidades de emancipação humana, em adoração ao *status quo*⁵⁶.

Esses são, admitidamente, os piores exemplos do debate crítico à tese de Hayek. Contudo, as duas resenhas de Merriam foram publicadas em periódicos conceituados como a *American Political Science Review* e o *The American Journal of Sociology*. A resenha de Joseph Mayer sobre *O Caminho da Servidão*, publicado nos *Annals of the American Academy of Political Social Science* foi tibia⁵⁷ – faltou-lhe melhor compreensão sobre o ponto de Hayek quanto ao planejamento, mas entendeu que o livro trouxe pontos importantes sobre a soberania do direito (*rule of law*) num regime democrático em tempos de paz. Quando a *American Economic Review* trouxe a resenha de Aaron Director, os editores incluíram como contraponto a resenha de Eric Roll

⁵⁶ MERRIAM, Charles. Review of F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*. **The American Journal of Sociology**, Vol. L, No. 3 (November 1944): 233-35. Cit. p. 235. Ver também transcrição de Hayek [1994, 108-123] do debate travado sobre *O Caminho da Servidão* entre Merriam e ele, cuja transmissão deu-se por rádio. O tom das resenhas negativas publicadas nas revistas acadêmicas de maior relevância se limitara a Hayek. Ao examinar o livro *Bureaucracy* [Burocracia] de Ludwig von Mises, o professor Pendleton Herring (1903-2004), de Harvard, escreveu:

Caso esse volume tivesse sido escrito como documento de campanha, teria merecido atenção em nível técnico como um artifício para ofuscar o debate de respeito ao adágio: “não se podendo convencê-los; confunda-os”. Esse é oferecido, contudo, como um trabalho sério de análise.

Aquilo que mais incomodara Herring no livro de Mises teria sido, aparentemente, a insistência desse em afirmar que “as principais questões na política atual são de natureza econômica e não podem ser compreendidos sem uma noção de teoria econômica”; desnecessário acrescentar, Herring mesmo informa o leitor, “um curso em teoria econômica como o apregoado pela ‘escola austríaca’”. Ver: HERRING, Pendleton. Review of Ludwig von Mises, *Bureaucracy*. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, March 1945. p. 213.

⁵⁷ MAYER, Joseph. Review of F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*. **Annals of the American Academy of Political Social Science**, Vol. 239 (May 1945): 202-03.

(1907-2005) e prefaciaram a seção com ambas dizendo: “Tendo em vista o caráter ideológico do, e o grande interesse no livro do professor Hayek, entendeu-se desejável publicar duas resenhas com pontos-de-vista distintos”. A resenha de Roll, diga-se, aproxima-se do padrão de linguagem “acadêmica” estabelecido por Finer⁵⁸. Hayek teria sucumbido à tática retórica comum entre jornalistas analistas políticos, afirmou Roll, apesar do que seria de se esperar de cientistas sociais experientes como Hayek de que esses evitariam a tentação de igualar o socialismo com o nazismo. Roll acrescentou:

Hayek poderia ter parado para refletir sobre os distintos desenvolvimentos na Alemanha e na União Soviética durante os poucos anos que antecederam à guerra, ele poderia ter tido a cortesia de, ao menos, reconhecer os diferentes modos de como a guerra foi conduzida por nossos inimigos e por nosso aliado: carece de demonstração que o campo de concentração em Majdanek seria consequência inevitável de uma economia coletivizada. A verdade é que Hayek apresenta seus firmes preconceitos políticos através de uma tela de razoabilidade com a qual ele tenta convencer o leitor⁵⁹.

O espírito intelectual da época simplesmente impedia o reconhecimento e, muito menos, a incorporação dos argumentos le-

⁵⁸ ROLL, Eric. Review of F. A. Hayek, *The Road to Serfdom*. **The American Economic Review**, Vol. XXXV, No. 2 (June 1945): 176-80.

⁵⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 180. É suficiente afirmar que nos tais “poucos anos que antecederam à guerra” na União Soviética ocorreram os expurgos políticos dos anos 1930, bem como as consequências da coletivização e industrialização sobre as massas. Todas as três políticas stalinistas formaram em conjunto uma política de genocídio tão hedionda quanto às promovidas pelos nazistas, conforme se estabeleceu pela literatura histórica dos mais diversos perfis ideológicos, como pode ser verificado nas obras do historiador britânico Robert Conquest e do historiador russo Roy Medvedev. Ver: CONQUEST, Robert. **The Great Terror: Stalin’s Purge of the Thirties – 40th Anniversary Edition**. Oxford / New York: Oxford University Press, 2007; MEDVEDEV; Roy. **Let History Judge: The Origin and Consequences of Stalinism**. New York: Alfred A. Knopf, 1972.

vantados por Mises e Hayek no senso comum daquele tempo. Deles, tanto a visão quanto a análise dos processos políticos e econômicos eram absolutamente incompatíveis com tudo o que era sugerido pela cultura intelectual das democracias ocidentais no período entre 1930 e 1975. Mesmo que houvesse manifesta oposição normativa da elite intelectual no Ocidente quanto a aspectos do modo em que a União Soviética estivesse introduzindo uma “nova civilização”, a tentativa do país em colocar a vida social sob uma orientação racional e consciente embasada cientificamente, isso era algo a ser aplaudido. Os fracassos econômicos do sistema soviético eram atribuídos ao seu atraso histórico, e os problemas políticos, à falta de uma tradição democrática na história russa. O nazismo alemão, pelo contrário, seria uma consequência do caráter alemão e de falhas do capitalismo, e não, da corrupção de instituições liberais decorrente da introjeção de princípios socialistas, como Hayek contestava.

O desenvolvimento histórico subsequente parece ter persuadido muitos de que a visão de Hayek estava correta em essência⁶⁰. Infelizmente, isso não se traduziu em reconhecimento de sua contribuição analítica à política e à economia, e isso não é menos verdadeiro quanto àqueles amplamente favoráveis à visão liberal clássica de Hayek como quanto aos que se opunham radicalmente à sua visão.

III - CONFUSÕES ANALÍTICAS

F. A. Hayek, acima de tudo, era um economista “austríaco”. Os problemas analíticos

⁶⁰ HEILBRONER, Robert. Analysis and Vision in the History of Modern Economic Thought. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXVIII, No. 3 (September 1990): 1097-114. Para uma resposta à argumentação de Robert Heilbroner (1919-2005) de que Ludwig von Mises e F. A. Hayek possuíam uma maior visão presciente, mas do que não se seguiria, necessariamente, terem uma análise econômica correta, ver: BOETTKE, Peter J. Analysis and Vision in Economic Discourse. *Journal of the History of Economic Thought*, Vol. 14, No. 1 (Spring, 1992): 84-95.

com os quais trabalhava, as técnicas de análise que utilizava, todo seu modo de operação era de um economista austríaco. E, apesar de seu afastamento das questões econômicas formais, tal aparato analítico permaneceu intacto. Hayek usou a teoria da ordem espontânea de Carl Menger (1840-1921) e a teoria do processo de mercado de Ludwig von Mises ao examinar a emergência das regras de propriedade privada, o desenvolvimento do *common law*, o crescimento do comércio, as regras de conduta moral, etc. Obviamente, Hayek era um acadêmico singular e lia vastamente as mais variadas disciplinas – ele não poderia ser acusado de “economicismo” em sua obra. Ele simplesmente “lia” essa informação recolhida através das lentes analíticas austríacas. Isso é algo completamente perdido por aqueles preocupados com o liberalismo de Hayek. O liberalismo provia Hayek com um conjunto de problemas, mas maneira como Hayek os tratava era austríaca do começo ao fim.

Embora as visões que se mantêm sobre “homens” e “sociedade” providenciarem as bases da análise social, aquelas não constituem essa. Conforme disse Joseph Schumpeter:

Para que problemas sejam postos como tais, é mister primeiro visualizar-se um padrão distinto de fenômenos coerentes como objeto merecedor do recebimento de esforços analíticos. Noutras palavras, esforços analíticos são necessariamente precedidos por um ato cognitivo pré-analítico que lhes fornece matéria-prima⁶¹.

Assim, que um determinado problema é identificado, passa-se à sua análise, e os seus resultados não são neutros em relação ao método de análise.

O estilo austríaco de análise de Hayek, contudo, perdeu suporte nos anos 1940 e, desde então, encontra-se afastado da corrente principal do pensamento econômico. Recapitulando a tese introdutória, economia da “Escolha Pública” era a aplicação da análise econômica da corrente majoritária aos

⁶¹ SCHUMPETER. *History of Economic Analysis*. p. 41.

processos de tomada de decisões políticas. Os principais princípios dessa análise econômica são: 1) Comportamento de Maximização; 2) Preferências Estáveis; 3) Equilíbrio. Economistas austríacos, e Hayek em particular, rejeitam pelo menos duas dessas premissas, se não todas as três⁶². Hayek, por exemplo, rejeita a hipótese do *Homo economicus* como sendo parte da tradição racionalista, em oposição à tradição evolucionista na qual Hayek se auto-posicionava⁶³. Ademais, Hayek foi crítico contumaz da ideia de competição perfeita e da preocupação de economistas para com análises de equilíbrio⁶⁴.

Destarte, as contribuições de Hayek para a análise de Escolha Pública vieram na forma de uma aplicação da teoria econômica austríaca ao processo de tomada de decisões fora dos mercados. Indo além, eu diria que é na teoria do capital que as diferenças entre os austríacos e outros economistas marginalistas se acentuam⁶⁵. Na análise econômica majoritária, a aplicação inflexível dos princípios acima descritos mascara a complexidade da estrutura de capital, banalizando a questão de coordenação. Porém, na análise austríaca, a coordenação dos planos no decorrer do tempo (e em ambiente de incerteza) torna-se central,

e as diversas proposições-chave *positivas* derivadas da teoria austríaca (tais como sinais de preços relativos, contabilidade de lucros e prejuízos, heterogeneidade do capital, complementaridade dos bens de capital, etc.) são empregadas na construção de uma teoria sobre como planos complexos serviriam numa economia industrial. Em suma, a maneira como os austríacos explicam o “equilíbrio” nos processos de mercado (caso seja permitido usar-se o termo) é radicalmente distinta da concepção dominante, e como tal representa uma distinta contribuição analítica à ciência econômica. A dificuldade de coordenar planos econômicos com o passar do tempo e o papel vital exercido por um mercado de capitais funcional no direcionamento desse processo focam a atenção teórica às questões de cálculo econômico e descoberta empresarial. No modelo-padrão de fluxo circular de uma economia capitalista, por outro lado, esses problemas não são salientados em modelos formais porque os pressupostos subjacentes resolvem por hipótese o problema da coordenação pelo cálculo. Não é a visão política e social que diferencia Hayek de outros acadêmicos; é o seu aparato analítico que força os demais acadêmicos a prestar atenção à estrutura dinâmica do capital de um sistema econômico. O mais desafiador para os economistas da corrente majoritária é o fato de a posição de Hayek, caso se prove mais consistente que a deles, essa obrigar a toda uma releitura dos desenvolvimentos econômicos posteriores a II Guerra Mundial.

As análises-padrão da Escolha Pública seguiram a trilha da economia neoclássica *mainstream*. A Escola da Virgínia, contudo, não seguiu completamente, apesar de a Escola de Chicago certamente tê-lo feito – resultando na impossibilidade de reconhecer a ineficiência institucional de ações governamentais porque as análises de equilíbrio não são próprias para tal exame⁶⁶. Se, por outro lado, os processos

⁶² A premissa em aberto seria referente às preferências estáveis. Economistas austríacos concordam com os teóricos da corrente majoritária de que a economia não tem muito valor quando o assunto é origem e fonte das preferências. No entanto, isso não é o mesmo que a estrita conservação de uma presunção de estabilidade dessas preferências no tempo. Na análise Mises-Rothbard da “preferência demonstrada”, mapeamentos das preferências individuais poderiam de fato estar em constante transformação.

⁶³ HAYEK. *The Constitution of Liberty*. p. 61.

⁶⁴ HAYEK. *Individualism and Economic Order*. p. 77-106.

⁶⁵ Frank Knight entendia a importância central da teoria do capital para a estrutura analítica da economia austríaca, e por isso que como crítico, ele dedicou-se tanto ao tema na sua resenha do *Nationalökonomie* de Mises; mesmo que no livro não se tenha dado tanto espaço a uma análise explícita da teoria do capital. As aparências enganam, no entanto, pois a obra é – como Knight sugeriu – quase que exclusivamente sobre teoria do capital.

⁶⁶ Como alternativa, o equilíbrio de um determinado conjunto de políticas públicas é explorado, por exemplo, como quando Gary Becker (1930-2014)

de ajuste de desequilíbrios foram o núcleo da estrutura analítica, então imperfeições, ineficiências e a maneira como indivíduos reagem às circunstâncias, essas tornam-se cruciais para a análise. Instituições e as informações e incentivos que essas geram movem a análise. Resultados econômicos não são invariáveis em relação às instituições – inclusive àquelas de governança democrática.

A análise de escolha pública dentro da tradição austríaca enfatizaria a *ignorância estrutural* a qual os atores devem enfrentar em situações fora do contexto da economia

explicou o sistema de seguridade social como um equilíbrio-resposta às “falhas de mercado” no mercado de capital humano (BECKER, Gary. **A Treatise on the Family**. Cambridge: Harvard University Press, 1991. p. 369-74), ou como quando George Stigler (1911-1991) sugeriu que subsídios à indústria açucareira fosse um resultado eficiente pela evidência de que ninguém conseguira providenciar alternativa de menor custo (STIGLER, George. Law or Economics? **Journal of Law and Economics**, Vol. 35, No. 2 (October 1992): 455-68). Ver, também, o artigo de Gary Becker, no qual é exposta uma argumentação teórica para a “eficiência” do processo competitivo entre grupos de pressão num sistema democrático (BECKER, Gary. Public Policies, Pressure Groups, and Dead Weight Cost. **Journal of Public Economics**, Vol. 28, No. 3 (December 1985): 329-47) – ou seja, com alto grau de acesso ao sistema político. A Escola da Virgínia, por outro lado, procura expor as ineficiências econômicas associadas a variadas políticas públicas. A verdadeira questão a ser levantada é se tais escolas podem explorar consistentemente tais problemas ao mesmo tempo em que preserva o comprometimento com a teoria de preço neoclássica. Em correspondência privada datada de 13 de setembro de 1994, Gary Becker fez objeções a esta interpretação da Economia Política de Chicago. Não é possível responder-lhe neste artigo, mas se crê que noções de eficiência e equilíbrio, seja no mercado ou no ambiente político, são mais problemáticas do que se admite normalmente nos estudos sobre Política Econômica ao estilo da Escola de Chicago. Muitas das questões de teoria econômica, metodológica e filosófica associadas à noção de eficiência assumida por Chicago foram endereçadas por acadêmicos de várias escolas de pensamento no simpósio “Can Economists Handle Change?”, publicado como: BOETTKE, Peter J. & RIZZO, Mario J. **Advances in Austrian Economics**, Vol. 1, 1994. p. 3-196.

de mercado⁶⁷. O Teorema de Arrow, por exemplo, poderia ser reinterpretado como uma aplicação da tese de Mises sobre a impossibilidade de um processo de tomada de decisões via voto democrático. Na falta de um sistema de preços, atores seriam confrontados por uma série de sinais incoerentes sobre como deveriam orientar seu comportamento. Ao invés de fazer-se valer de ofertas e demandas de mercado, a comunidade é quem deve decidir como alocar um recurso escasso. Tome-se um terreno baldio, por exemplo, o qual poderia ser usado para: (1) Um parque comunitário; (2) Uma escola de ensino fundamental; ou (3) Um estacionamento. Sem um sistema de preços para guiar o uso dos recursos, um consenso comunitário deve ser alcançado. Contudo, como Kenneth Arrow demonstrou, até mesmo num simples exemplo como esse, votação majoritária por pareamento de alternativas pode não produzir o consenso requerido (um resultado altamente formal que ecoa o debate de Hayek, em *O Caminho da Servidão*, sobre os limites de consensos derivados democraticamente). O parque pode vencer a escola, e a escola pode vencer o estacionamento, mas o estacionamento venceria o parque – violando o princípio matemático da transitividade. A famosa conclusão atesta que o resultado pode ser eficiente somente caso o sistema político seja ditatorial, ou as alocações serão ineficientes, mas democráticas. Simplesmente, não há maneira em eu as alocações possam ser eficientes e democraticamente derivadas.

Certa linha de argumentação popular entre acadêmicos da Escolha Pública, como

67 Uma tentativa experimental de produção de uma teoria moderna sobre processo político, um híbrido austro-Escolha Pública, pode ser encontrado em: WAGNER, Richard. **To Promote the General Welfare: Market Processes vs. Political Transfers**. San Francisco: Pacific Research Institute for Public Policy, 1989. p. 207-12]. Para uma aplicação desse tipo de teorização à situação político-econômica na antiga União Soviética e, em particular, na era Gorbachev, ver: BOETTKE. **Why Perestroika Failed: The Politics and Economics of Socialist Transformation**.

James M. Buchanan e Gordon Tullock, era acusar tal resultado de trivial. Por que seria surpreendente? Apenas uma visão ingênua de democracia poderia esperar que classificações de preferências individuais pudessem ser hialinamente agregadas de forma a refletir sem sombra de dúvidas “a vontade do povo”. Esta era uma resposta perfeitamente razoável para acadêmicos trabalhando dentro de uma tradição democrática constitucional. Contudo, o resultado de Arrow era importante exatamente porque deveria ter estourado a bolha daquelas democracias ingênuas do tipo da que caracterizava a crítica de Finer a Hayek. E, ademais, retornando aos comentários introdutórios referentes às críticas a Hayek do tipo das de Higgs – esse desafio à habilidade do governo democrático em produzir consenso além de um certo escopo limitado de questões é o que define a análise hayekiana de bens públicos (isto é, de quais são os processos de descoberta da demanda no fornecimento de bens públicos, e de quais instituições compensariam pelas dificuldades de cálculo em dotações não-mercado-lógicas?) e de externalidades (ou seja, de quais normas de propriedade e/ou tecnologias contratuais internalizariam efeitos externos). Essa é a razão por que Hayek, por exemplo, no exame de problemas dos bens públicos em *Direito, Legislação e Liberdade*, apesar de aceitar certos aspectos dos argumentos analíticos da teoria-padrão das falhas de mercado, ele mesmo assim chega a uma conclusão completamente diferente dessa em relação à produção e distribuição de bens públicos. Em especial, Hayek defende que o governo assuma posição não-exclusiva mesmo quando é possível determinar tecnicamente esse ser o único capaz de fornecer tal bem *nas circunstâncias de momento*. Tal posição não é resultante de “má economia” combinada com devaneio ideológico (por exemplo, supondo problemas remotos de parasitismo (*free-rider*), mas, pelo contrário, ela decorre da consideração analítica de Hayek sobre as dinâmicas de mudança tecnológica e do seu reconhecimento que os requerimentos informacionais sobre

a correspondência entre oferta e demanda de *qualquer* bem dependem do contexto institucional dentro do qual ocorre o processo⁶⁸. Hayek não ignorava os problemas de Escolha Pública: ele simplesmente alterou o tratamento analítico desses problemas em certas direções que diferem do tratamento mais tradicional encontrado na literatura.

A inabilidade da democracia em alcançar consenso significa que os teóricos devem reconhecer os limites do processo de tomada de decisões democráticas e passar a focar a atenção para pesquisas sobre as estruturas de governança que permitam resultar em consequências eficientes. Não se deve esperar do processo político, como tampouco do processo de mercado, que esse alcance uma alocação perfeita de recursos. Ambos são imperfeitos. Diferentemente do processo de mercado, no entanto, políticas democráticas não geram incentivos e informações que permitam a detecção e correção de seus próprios erros. Não se pode esperar que surja, decorrente do processo político, o tipo de adaptações espontâneas que ocorrem no mercado para corrigir ineficiências de momento. Pelo contrário, são necessários gerenciamento e regulamentação conscientes. Ao invés de adaptação espontânea, política demanda adaptação consciente, e existem limites epistemológicos para tal procedimento.

CONCLUSÃO

O Caminho da Servidão de Hayek é tão relevante agora quanto quando foi publicado há setenta anos, quicá o seja até mais. Ao ser publicado, serviu de aviso ao Ocidente liberal-democrático de que a via para o totalitarismo não é aberta por bandoleiros revolucionários, mas pelos mais nobres ideais. Presentemente, testemunha-se o colapso do sistema estatal socialista, e a tentativa de trilhar-se a rota da democracia política e da prosperidade

⁶⁸ HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 3, p. 41-64.

econômica. Tais questões não encontram resposta numa leitura dessa obra-prima de Hayek. Encontra-se, no entanto, um conjunto de ferramentas analíticas e *insights* os quais podem ser empregados no enfrentamento dos problemas do mundo atual.

Quanto a isso, Hayek deixou como herança: (1) Um refinamento do teorema misesiano quanto à impossibilidade de cálculo econômico na ausência de propriedade privada; e (2) Um exame da lógica organizacional das instituições criadas para substituir o sistema de propriedade privada na alocação de recursos escassos. A força da análise de Hayek estava em demonstrar que essa lógica não era uma função da forma de governo que inspirara a substituição das escolhas privadas no mercado por um processo de tomada de decisões coletivas. Independentemente se democráticos ou autoritários em sua legitimação, os incentivos institucionais produziram uma pressão lógica em direção totalitarismo.

Na Europa Central e na Oriental e na antiga União Soviética essa lógica é mal compreendida, se as elites intelectuais insistem que política democrática seja adotada como o valor revolucionário de 1989, e não a liberdade econômica. Que não pode haver qualquer liberdade política significativa sem um alto grau de liberdade econômica, esse

era a principal asserção filosófico-política de *O Caminho da Servidão*, uma afirmação decorrente de argumento analítico quanto à natureza da tarefa do planejador. A vitória será em vão caso as revoluções de 1989 terminem simplesmente por rejeitar o regime totalitário do Partido Comunista apenas para embarcar num processo de ditadura sancionada por um sistema multipartidário em disputa pelo controle do processo de transição. Muito da Europa Central e Oriental já falhou na incorporação das lições constitucionais da democracia liberal. Vive-se um momento constitucional, mas não há sinais de que o “fetiche democrático” alardeado por Hayek tenha diminuído. Ademais, deve-se transmitir incansavelmente às pessoas nos países do antigo bloco comunista (e nos países capitalistas) que nem todas as formas de governo democrático são igualmente efetivas em relação à salvaguarda da economia de mercado. A não ser que instituições “habilitantes” sejam estabelecidas, e que ajustes espontâneos dos mercados sejam permitidos para balizar os processos de tomada de decisões mercadológicas, a pobreza de um período terrível apenas será substituída por outra, em sequência, e pelo desapontamento de pessoas as quais já suportaram mazelas demais. ∞